

Disputa Municipal em Mangueirinha-Pr: uma “aposta” kaingang¹

Patrick Leandro Baptista
PPGAA-UFPR

INTRODUÇÃO

Chegamos eu, o advogado Hermann, a dona Elvira Kretã e seu filho Marcio Kokoj na panificadora Real no centro da cidade de Mangueirinha, 17 km da TI, uma panificadora (das poucas da cidade que possui por volta de 15 mil habitantes) na esquina de uma avenida pouco movimentada da cidade. O sol ainda brando, 9h da manhã, e alguns indígenas tomavam café na mesma panificadora, era o 5º dia útil do mês de abril, um desses indígenas era o presidente da Associação dos Produtores Indígenas de Mangueirinha (APROIMA) João Crispim que sentava na mesa ao lado com sua família. Pedimos nosso café, e sem atrasos, chega um homem branco, aparentando ter uns 60 anos, roupa simples (camisa polo branca surrada, calça jeans e sapatos amassados). Cumprimenta todas as pessoas da panificadora, sem exceção, sempre com um sorriso e aperto de mão firme e olhando nos olhos, bom dia meu nome é Elídio _diz. Um político tradicional da cidade (ex-prefeito). Estávamos ali para conhecê-lo. Não fez promessa alguma, mas deixou claro que queria firmar acordo político para a eleição municipal. (Notas de campo abril de 2015).

Esta nota de campo, em certa medida, resume dois elementos dos quais mobilizam a política na Terra Indígena (TI) Mangueirinha: a aliança com os não-índios e a disputa entre grupos Kaingang. Esta aliança com os não-índios, não é apenas com políticos locais, como também mobiliza advogados, antropólogos, professores e outros profissionais, funciona como uma espécie de um poder centrípeto e potencializa a abertura de frestas para o mundo não índio para aglutinar apoios e parcerias, essa é uma habilidade valorizada no ethos político Kaingang. Outro elemento é o membro da Associação dos Produtores Indígenas de Mangueirinha (APROIMA) que mesmo na mesa ao lado, mantendo uma discreta distância, acompanhava atentamente esse encontro, João Crispim faz parte de um grupo opositor à Marcio Kokoj na TI.

A relação entre a política partidária local e os Kaingang remonta a 1976, quando o cacique Kaingang Ângelo Kretã foi eleito vereador pelo MDB, aliás, um dos

¹ “Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.”

primeiros indígenas eleitos no Brasil para um mandato eletivo. Desde então há um fluxo contínuo no trânsito entre a política Kaingang e a política não indígena.

O manejo do mundo não índio é um atributo valorizado de forma especial na TI Manguueirinha, a memória do cacique Ângelo Kretã é comumente acionada como modelo de cacicado. É Ângelo Kretã que organiza e/ou inspira a resistência indígena ao processo de desterritorialização, não apenas em Manguueirinha, mas em toda região sul do Brasil. Entre os Kaingang de Manguueirinha a memória de Ângelo Kretã é de um exímio negociador entre as famílias Kaingang, evitando brigas e desrespeito as regras sociais. Do mesmo modo teria angariado benefícios para a comunidade como: trator, sementes, insumos, etc. Sendo assim reconhecido como um líder habilidoso.

As lideranças indígenas da TI Manguueirinha aspiram se aproximar do modelo de Ângelo Kretã. Para buscar atingir esse objetivo constituem uma rede de alianças na “política interna” e com poder público da cidade de Manguueirinha para viabilizar sua candidatura ao pleito municipal. A “política interna” é um termo êmico Kaingang da TI Manguueirinha. Refere-se à trama de relações estabelecidas entre as parciais Kaingang, estas constituem unidades de troca, afere prestígio e possibilita o controle sobre recursos humanos e materiais.

O povo Kaingang é descrito na etnologia como pertencente ao tronco linguístico macro-jê, e forma, junto com os Xokleng da TI Ibirama, os jê meridionais. A população Kaingang é estimada em 37470² pessoas, divididos entre terras indígenas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul. Podemos caracterizar os Kaingang pelas metades complementares Kamé e Kairu, possuem um sistema dual e assimétrico (Fernandes 2003). A classificação dos seres da natureza, sobrenatureza e do homem também seguem o princípio classificatório Kamé e Kairu. Sendo o Kamé vinculado ao sol e ao dia e o Kairu a lua e a noite. Kamé é o que vem primeiro, isto é, o mais forte e corajoso. Kairu, o segundo, aquele que usa a sabedoria. A marca clânica é repassada de forma patrilinear.

A noção de tronco velho³ é de extrema relevância para o exercício da liderança indígena. Vincular-se ao tronco velho é estabelecer relações diretas com os

² Dados do Censo Indígena de 2010 IBGE ver <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html> acesso em 06-10-2020.

³ Tronco velho é uma categoria nativa, indica que a pessoa é nascida naquele território, seu umbigo está enterrado ali, é através dessa categoria que os Kaingang ligam indivíduos a histórias locais. Estar

conquistadores da TI, Mangueirinha é tida pelos Kofá (velhos) como uma terra comprada, adquirida em troca da construção de estradas na região da Colônia Militar do Chopim no século XIX (Helm 2018).

A TI de Mangueirinha é localizada no sudoeste do Paraná entre os rios Iguaçu e Lageado Grande, possui uma área aproximada de 17 mil hectares divididos em três municípios, Coronel Vivida, Chopinzinho e Mangueirinha. É dentro desta TI que está a maior reserva de Pinheiros (*Araucaria angustifolia*) do Brasil. A população desta Terra Indígena é de aproximadamente 1600 indígenas entre Kaingang e Guarani Mbya, sendo dividida em seis aldeias: a Campina ou Sede, que é local da maioria das edificações como escola, igreja católica e evangélica, cemitério, unidade de saúde, ginásio de esportes, campo de futebol, Centro Cultural Kaingang e o escritório da FUNAI. As demais aldeias são: Paiol Queimado; Mato Branco; Água Santa, (Passo Liso) Trevo, e Palmeirinha do Iguaçu (Guarani).

O cacique é auxiliado pela “liderança oficial” e é marcada pela escolha de pessoas de “boa índole”, é preciso ser exemplo para fazer parte da liderança. Essa liderança possui uma espécie de ramificação na TI das decisões tomadas por esse conselho, imposição de sanções e penalidades a quem não cumpre com as regras sociais estabelecidas pelo conjunto do coletivo Kaingang de Mangueirinha. Pois, os membros da liderança são escolhidos de modo estratégico entre as diversas aldeias e famílias que compõe a Terra indígena. Fazer parte dessa liderança impõe a responsabilidade decidir em conjunto e acatar a decisão tomada pela maioria das lideranças juntamente com o cacique. Existe a possibilidade do cacique decidir unilateralmente, não é comum e pouco aconselhável, a maioria das decisões são debatidas neste grupo.

As famílias indígenas que vivem na TI Mangueirinha extraem renda de diversos modos: agricultura, extrativismo, serviço público, e, como trabalhadores nas indústrias e prestadoras de serviços da região. A agricultura é uma importante fonte de renda, e também, a mais emblemática, entre os Kaingang tem-se a ideia de que trabalhar para si (ou para a comunidade no caso do serviço público) constitui ampliação de prestígio, ao passo que trabalhar para os não índios a sua diminuição (Pires, 1975).

associado aos troncos velhos é condição para a legitimidade política no interior da terra indígena. Fernandes(2003:138-139)

Há uma roça coletiva (para aquisição de bens para a comunidade) e outras individuais em que os indígenas plantam feijão, milho, aveia, e principalmente, soja. Existem as roças de toco (coivara) que são plantadas geralmente para consumo da família e para o trato com os animais. Há também lavouras mecanizadas.

O extrativismo é uma renda complementar, enquanto o produtor indígena aguarda a sua vez do trator, ele entra na mata para extrair nó de pinho, erva-mate, pinhão e lenha. O pinhão e a erva-mate são atividades sazonais bem definidas no calendário. O nó de pinho apenas é permitido a sua extração de árvores desvitalizadas. O tronco dessas árvores é terminantemente proibido o uso individual sob qualquer hipótese, a madeira é considerada propriedade coletiva, e somente o cacique em conjunto com as lideranças definem o destino da madeira, mesmo assim sob autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O histórico da extração da madeira se vincula diretamente a manutenção do território. É importante frisar que a TI foi fragmentada e repassada a um grupo madeireiro⁴. Os indígenas apenas obtiveram confirmação oficial do seu território em 2005.

A cidade de Mangueirinha foi escolhida para análise desse artigo, pois é neste município que para além de dar nome a TI, encontra-se o maior contingente de kaingang eleitores desta TI⁵, é, também, o município geograficamente mais próximo da sede da TI e o mais acionado sobre os problemas cotidianos da comunidade. Tradicionalmente, o município de Mangueirinha se divide entre dois grupos políticos que disputam a gestão municipal, e suas forças políticas são muito equilibradas, sendo o fiel da balança, os votos indígenas. Contudo, nem sempre, este poder de decisão é revertido em benfeitorias ou serviços para a comunidade. O desafio maior para o pleito municipal de 2020 é de que o grupo opositor,⁶ com maior poder econômico, possui os direitos políticos suspensos pela Justiça Eleitoral. Assim o grupo político situacionista

⁴ Em 1949 o governo do estado do Paraná, sem consultar os povos indígenas (Kaingang e Guarani), dividiram as suas terras em três glebas (A, B e C) doando a gleba B a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) a 38 colonos que depois venderam todos juntos à empresa Slavieiro e Filhos S/A Industria e Comércio de Madeiras. Ver Helm (2018)

⁵ Segundo os dados do TSE os indígenas aptos a votar em Mangueirinha são de 685 eleitores ver <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2016/votacao-e-resultados/boletim-de-urna-na-web-resultado-por-secao-eleitoral> acesso em 22/09/2020

⁶ Ver <https://rbj.com.br/sem-caderno/justica-eleitoral-cassa-registro-de-candidato-prefeito-e-vice-em-mangueirinha-5415.html> acesso em 25-09-2020

não enfrenta grandes percalços para sua reeleição. Todavia o faccionalismo da disputa eleitoral no município, em alguma medida, potencializa o faccionalismo Kaingang.

Contextualizando a participação nas eleições municipais

Ângelo Kretã inaugura a participação indígena na política partidária institucional, não há registros documentais de sua ação na Câmara Municipal. Outros caciques e lideranças buscaram seguir o seu exemplo, contudo nenhum obteve sucesso, no sentido de conseguir um mandato eletivo. Entretanto, um cacique em particular merece atenção: Valdir Kokoj dos Santos.

Valdir Kokoj dos Santos ascende à função de cacique em 1998, tinha 24 anos, segundo relata à Almeida (2013:142), “a comunidade passava por conflitos internos, pois havia muita corrupção e o envolvimento de autoridades indígenas na negociação de madeira da própria comunidade”. A TI Mangueirinha barrou instalação de serrarias, ainda durante o governo militar, os indígenas sempre mostraram forte contrariedade a exploração desordenada da madeira. Contudo, grupos madeireiros sempre cobiçaram a área, segundo o relato dos indígenas, em muitos casos, sob a conivência da FUNAI.

Valdir descende diretamente de Francisco Luís dos Santos (liderança com grande visibilidade na política interna, pertence ao tronco velho), é seu neto. A defesa do território é a luta que seu avô lhe deixou de herança, assim a “linha” Luís dos Santos possui a característica de ser “vigilante” do patrimônio da família. Aliás, a TI Mangueirinha foi “comprada” pelos indígenas, a ideia de compra é muito forte na TI, pois ela estabelece não uma relação de passividade com o Estado brasileiro, ao contrário, é uma marca do agenciamento Kaingang na sua relação com o Estado. Se for desejável saber manejar o mundo dos brancos (Fernandes 2003), comprar é obter posse, inclusive no mundo não índio. Ser descendente de quem garantiu a posse da terra (Antônio Joaquim Capanema Kretã), é manter o território sobre qualquer circunstância, sob o comando da “linha” Luís dos Santos.

O fato de Ângelo Kretã convidar famílias Kaingang da TI Nonoai/Rio Grande do Sul para auxiliar na disputa com o grupo econômico Slavieiro é um fator de instabilidade na “política interna” já que Ângelo veio a falecer logo em seguida. Todos os caciques que sucederam Ângelo Kretã foram acusados de roubar ou serem

complacentes com o uso indevido da madeira. Valdir Kokoj dos Santos afirma a indigenista Amorim, M.H (2015)

(...) na verdade tinha passado nove caciques antes de mim e só tinham destruído a comunidade a comunidade. Tudo o que o Ângelo Kretã deixou tinha sido destruído. Não tinha trator, não tinha posto de saúde, não tinha casa, não tinha lavoura. Os caciques só vendiam madeira e arrendavam terra.

Valdir Kokoj dos Santos neste relato reforça a comparação do seu cacicado com o de Ângelo Kretã, e, evidentemente, reivindica a ampliação dos serviços públicos a sua gestão enquanto cacique. Um dado importante é de que os indígenas da TI avaliam a gestão do Valdir Kokoj dos Santos como possuindo duas fases: a primeira como excelente, a segunda como péssima. A primeira fase é marcada pelo avanço na política pública, vitória sobre o grupo Slavieiro e avanços em conquistas sociais. Faz parte do seu legado enquanto cacique a construção da nova escola e ampliação dos serviços de saúde (realização de exames e distribuição gratuita de remédios). Outro movimento importante do cacique foi ser eleito presidente do Conselho de Caciques, duas conquistas importantes foram a implantação do ICMS⁷ Ecológico e construção de casas na TI pelo governo do Paraná. Contudo a maior conquista em sua gestão foi o deferimento da reivindicação indígena da não fragmentação de suas terras pela Justiça Federal.

Reconheço a posse indígena dos índios Kaingang e Guarani sobre a Gleba B da colônia K e, conseqüentemente, o domínio da União Federal sobre as mesmas e, se as referidas terras eram ocupadas pelos índios, eram constitucionalmente de domínio da União. Mauro Spanding, Juiz Federal Substituto da Justiça Federal, 7ª Vara Federal de Curitiba, em 16 de novembro de 2005. (Helm 2018:3).

A segunda é caracterizada basicamente pela violência, transferência de famílias para outras TI's e retração do direito indígena. Na TI Mangueirinha há um conjunto de normas implícitas que devem ser seguidas, boa parte de cunho moral, ingestão excessiva de álcool, brigas e escândalos, falatório e fofocas. Os castigos podem variar da repreensão, compensação por dano, trabalhos comunitários e prisão. Estas são as mais comuns e quem decide punição e sua dosimetria é o cacique. Ocorre que na segunda fase do cacicado de Valdir Kokoj dos Santos as denúncias de prisão e violência

⁷ Instrumento tributário para compensar municípios que possuem áreas de preservação permanente. Ver <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-418.html> acesso em 25-09-2020

aumentaram de forma significativa, os indígenas atribuem o aumento da violência ao insucesso do cacique no pleito eleitoral municipal, Observe seu relato a Pinheiro, M. H. A. (2015)

Nas eleições o João Carlos trabalhou contra mim. E sendo ele uma pessoa que eu ajudei desde o início. (...) E sempre ele aceitou e quando deu essa confusão o pessoal não aceitou que ele trabalhasse mais com nós porque ele te enganou, eles diziam. E para mim (Valdir) a eleição já tinha passado e insistiam dizendo que te enganou quanto tinha que te ajudar e quando ele precisou você ajudou ele e agora que você precisava ele foi contra e agora não aceitamos mais ele para trabalhar.

A traição é vista como um erro gravíssimo, e assim foi compreendido por Valdir Kokoj dos Santos a atitude de João Carlos Mader de não apoiar sua candidatura a vereador. Vamos aos fatos. O então cacique Valdir disputa uma vaga na Câmara de Vereadores, no pleito de 2012, pela coligação 45 (PSDB/PR/PMN/PSL) apoiando “naturalmente” o candidato a prefeito da mesma coligação, porém no decorrer do processo eleitoral mudou drasticamente de opinião e passou a direcionar seu apoio ao candidato a prefeito da coligação oposta 15 (PMDB/PTB/PSC/PPS/DEM/PSD). Esta guinada de apoio, em uma eleição acirrada, foi entendida como “traição”, e para alguns como erro de estratégia. Por que Valdir mudou o seu apoio para a chapa de oposição e minou sua própria eleição dada como certa? É como se Valdir estivesse diante de uma “roleta” e apostasse no vermelho e um pouco antes da roleta parar de girar apostasse no preto. Neste caso sairia vencedor de qualquer forma, porém na política pode dar ‘quina’ e na política Kaingang se ‘quinou’ você “perde a vez de jogar”.

Valdir além de cacique desfrutava de um cargo na Prefeitura de Mangueirinha, ou seja, uma possibilidade de resposta ao questionamento acima, seria, dado como certa a eleição para vereador bastava ao então cacique pressionar seus candidatos a prefeito. Ao apoiar a chapa de oposição o recado enviado ao prefeito de sua coligação seria: “meu apoio a base governista não sairá barato”. E se o prefeito da oposição vencesse os termos para um possível apoio ou participação da base governista, teria a barganha potencializada devido a sua dedicação e mudança de apoio de última hora. Entretanto o resultado da eleição foi o pior cenário possível, e talvez, inimaginado por Valdir Kokoj dos Santos, que teve num total absoluto de 241 votos (211 na TI e 30 na cidade) deixando de se eleger por 5 votos. Valdir Kokoj dos Santos não se elegeu vereador, e o seu candidato a prefeito perdeu as eleições, ou seja, “quinou” seus atos o levaram a “passar a vez”.

O resultado das eleições municipais foi nocivo para Valdir Kokoj dos Santos. O cacique aumentou as punições violentas e perseguiu as famílias indígenas que possivelmente não teriam lhe dado o voto. Valdir Kokoj dos Santos, segundo João Carlos Mader, constituiu um grupo na “liderança indígena para perseguir os índios que não votaram nele, ele mandava buscar e bater”. Muitas dessas famílias ou foram transferidas de modo compulsório ou pressionadas a saírem da TI. O Ministério Público Federal entrou em cena e devido a essas denúncias pediu sua prisão, em 2013, foi detido e levado a Polícia Federal em Curitiba. Atualmente é impedido judicialmente de retornar a TI Mangueirinha, vive na TI Rio das Cobras, localizada na cidade de Nova Laranjeiras, sudoeste do Paraná e trabalha como motorista e presta serviços na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). De líder habilidoso com conquistas a serem mostradas para a comunidade Valdir Kokoj dos Santos passou a ser visto como ditador, segundo João Carlos Mader, “tudo por conta da política”.

Eleições Municipais de 2016

Com o ex-cacique Valdir Kokoj dos Santos fora do jogo político, está aberto o caminho para num novo arranjo na política interna. Novas lideranças políticas buscam se cacifar para entrar no jogo político. O novo cacique eleito é Milton Alves, dado como moderado, foi escolhido pelos indígenas oriundos de Mangueirinha por conseguir sua diplomacia entre as parcialidades kaingang. Milton Alves escolhe como assessor seu cunhado Marcio Kokoj Luís dos Santos. Ele é neto de Francisco Luis dos Santos e filho de Elvira Kretã, viúva de Ângelo Kretã. A sua vinculação ao tronco velho de Mangueirinha é inquestionável.

A criação da posição de assessor do cacique por Marcio Kokoj é uma novidade criativa no organograma político Kaingang. A construção desse lugar social é permeado por uma trama de relações vividas por Marcio Kokoj que permite que ele construa uma posição no grupo, (que se afasta da ideia de chefe/cacique/liderança) sendo aparentemente consultiva e de orientação política, entretanto, ao lançar um olhar mais apurado é possível entrever que mesmo na orientação política há uma sutileza em influir nas deliberações, segundo as suas convicções⁸ políticas. A posição em que o permite deliberar é atravessada por um conjunto de legitimações que ressoam o ethos político Kaingang, tais como: pertencer ao tronco velho e agenciar o mundo não-índio

⁸ Existe uma disputa sobre projetos de futuro. O grupo do qual Marcio participa é ligado às questões ambientais, como: sustentabilidade, preservação da floresta e das fontes de água.

para benefício Kaingang. Quanto maior e mais sólida a rede de relações engajadas por Marcio Kokoj tanto será a legitimidade de suas ações.

Na nota de campo que abre esse trabalho Marcio Kokoj escolhe um lugar público para a conversa com Elídio (PSDB), candidato a prefeito de Manguueirinha (nas eleições de 2016), ou seja, ele como assessor do cacique (mas nem sempre com seu aval) inicia um processo de articulação entre as lideranças do cacique e a política não indígena local. Seu “grupo” (como assim o designa) tem candidato a vereador, Joares Alves, em conjunto com Elidio formam a aliança: prefeito/vereador. Na “chapa” de oposição a Elidio, e conseqüentemente de Marcio Kokoj, nas eleições municipais é Palauro (PDT), vice-prefeito até 2016, que estaria organizando em torno de João Carlos Mader (liderança indígena kaingang e candidato a vereador) um outro grupo na TI para concorrer às eleições Municipais, está se construindo a disputa faccionalista Kaingang. A disputa não é meramente eleitoral, tanto pode se constituir num jogo político de controle dos recursos de TI Manguueirinha, como também afetar as relações político-eleitorais, para além da derrota das urnas, para Fernandes (2006:28) “os efeitos não controlados e não conhecidos pela política dos brancos: expulsões, transferências, brigas, (...)”. Podem surgir através dessa competição (atualizada) da dualidade Kaingang. O resultado das eleições em 2016 deram vitória a Elídio, contudo nenhum indígena candidato saiu vitorioso na disputa para vereador. O cacique Milton Alves apoiou o candidato derrotado Palauro⁹, no outro ano, início de 2017, deixou o cacicado.

As eleições municipais tem uma influência importante dentro da política interna Kaingang, o contrário, também é verdadeiro. Marcio Kokoj ao aglutinar em torno de si um grupo de indígenas que pressiona o município a promover uma agenda propositiva para a comunidade da TI. Durante esse período consegui levantar que o prefeito nomeou três indígenas para a gestão municipal, ficaram pouco mais de um ano, e foram afastados devido uma ação do Ministério Público que entendeu como irregular essas contratações. Um ônibus foi fornecido pela administração municipal para transportar indígenas que trabalhavam nas fábricas em cidades vizinhas. O calçamento da estrada de chão que liga a aldeia Paiol Queimado, passa pela escola, a sede da TI

⁹ Palauro foi cassado por abuso de poder econômico e político. Atualmente é assessor especial para assuntos indígenas no governo Ratinho Junior. Ver <https://rbj.com.br/sem-caderno/justica-eleitoral-cassa-registro-de-candidato-prefeito-e-vice-em-manguueirinha-5415.html> acesso em 06/05/2020.

com saída para PR 281, a coleta do lixo é outra conquista. O grupo de Marcio Kokoj elegeu um conselheiro tutelar nesse ínterim.

Eleições Municipais 2020

As eleições municipais desse ano prometiam que o articulador político (antes assessor) despontasse como candidato a vereador. Pela sua atuação e proximidade com a administração municipal de Mangueirinha parecia que a sua candidatura estava viabilizada. Porém, o jogo político kaingang não considera apenas o manejo do mundo não índio, a política interna é um importante fator a ser considerado.

O cálculo político para lançar uma candidatura é para além do número de votos a serem conquistados, dos puxadores de voto de cada partido, das novas regras eleitorais que proibiram as coligações nas eleições proporcionais, é preciso estar atento ao conjunto das disputas entre os grupos internos. Nessa eleição, em específico, o atual cacique João Santos não conseguiu estabelecer uma liderança forte. A pouca habilidade política foi sentida nos diversos segmentos da TI. O cacique é o responsável por assinar o plano de trabalho da Associação de Produtores Indígenas de Mangueirinha (APROIMA), com esse plano de trabalho a APROIMA reivindica recursos da administração municipal provenientes do ICMS Ecológico. Os caciques anteriores influíam com mais autoridade nesse planejamento anual da APROIMA, contudo João Santos não soube se articular com a gestão da APROIMA, o resultado foi que o presidente da APROIMA ganhou proeminência durante os últimos anos, e a partir, do sucesso de sua gestão a frente da associação Fernando Índio lançou candidatura à vereador.

A política interna da TI pode potencializar candidaturas, na última eleição para cacique Celso Gonçalves, Pastor da Igreja Assembleia de Deus, ficou em terceiro lugar, totalizando 217 votos. A partir da eleição de cacique e o potencial de votos que poderia ser feito para vereador foi o bastante para cacifar o Pastor e almejar um cargo no legislativo municipal.

Há ainda candidatos que largam como azarão na disputa eleitoral, é o caso do jovem Carlos “Bola” que para surpresa da comunidade é candidato a vereador. Temos o músico ÍndioPahn que não possui uma rede de aliados políticos e é candidato. No total são sete indígenas disputando o pleito municipal. Não consegui entrevistas com todos, acompanho alguns nas redes sociais, e num contexto de pandemia não haverá

muitos eventos públicos. Porém, será possível ter uma ideia de como os indígenas estão experienciando essas eleições.

Entretanto, a vida política não se concretiza apenas nas candidaturas eletivas. Dois grupos importantes decidiram não lançar candidaturas, preferiram apostar em não indígenas nesse pleito municipal. Este é o caso de João Carlos Mader, seu grupo político decidiu apoiar Diogo Noll morador da comunidade vizinha e candidato pelo grupo do atual prefeito Elídio (45). João Carlos ao longo dos últimos quatro anos estabeleceu relações com esse vereador e candidato a reeleição a partir de sua atividade agrícola. Diogo Noll “empresta” o maquinário para que João Carlos não dependa do maquinário da APROIMA para o plantio de suas lavouras. A negociação com Diogo Noll vai além do uso do maquinário agrícola, João Carlos acompanhou o mandato do vereador e “percebeu” que ele conseguiu trazer benfeitorias para a comunidade vizinha, desse modo decidiu pelo apoio ao candidato com a promessa que a TI seja incluída na sua “área de influência” e que traga as mesmas benfeitorias para a comunidade indígena.

Marcio Kokoj e seu grupo estão conversando com outro candidato não índio, Diego Bortokoski, também é candidato pelo grupo do atual prefeito, porém é mais próximo do vice-prefeito Leandro Dorini do PSB. A avaliação é de que nenhum candidato indígena terá chance de se eleger, dada a pulverização de candidaturas, sete no total, e que a possibilidade de ter uma referência no legislativo para apresentar projetos neste momento é mais importante. A ideia é ganhar espaço dentro do partido (PSB) e construir uma candidatura indígena viável para o próximo pleito. Outra motivação seria de que esse possível candidato a vereador será o possível vice-prefeito daqui a quatro anos, ou seja, a aposta em Diego Bostokoski é para além do pleito municipal. Seria um momento de organização indígena para construir uma possível candidatura kaingang para as próximas eleições.

Considerações Finais

Ângelo Kretã deixou um legado de luta pelo direito de ser indígena para a TI Mangueirinha, e como tal, poder negociar com os colonizadores: projetos de futuro para a comunidade Kaingang segundo os próprios termos indígenas. A não eleição de

um vereador indígena, desde então, pode residir no acirramento da disputa na política interna, o que não quer dizer que essa negociação com o mundo dos brancos não ocorra.

A TI Manguairinha está acumulando um potencial político que é visível frente às demandas da comunidade que, aos poucos, vêm sendo implementadas pela administração municipal. Outro indicador desse acúmulo político é a eleição de um conselheiro tutelar.

A aposta Kaingang no jogo político das eleições municipais não é feita somente através da cooptação de partidos políticos, antes, é pensado como um complexo jogo de estratégia que contempla a política interna e o poder de barganha para as demandas da comunidade indígena, em outras palavras, para os kaingang as eleições não se encerram com o voto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio Cavalcante de. Da aldeia para o Estado: os caminhos do empoderamento e o papel das lideranças Kaingang na conjuntura do movimento indígena. 243f. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2013

BAPTISTA, Patrick Leandro. “*Cacique Kretã*”: *Aquele Que Olha Por Cima Da Montanha Enxerga Mais Alto*. 2015. 126F. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FERNANDES, Ricardo Cid. Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica. 2003. 288f. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. Fev 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. O “15” e o “23”: políticos e políticas Kaingang. *Revista Campos Curitiba*, v.7, n. 2, p.27-47, 2006.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismokaingang. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu.

NOELLI, Francisco Silva (orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2004.

HELM, Cecília Maria Vieira. *A contribuição dos laudos periciais antropológicos para a investigação da antiguidade da ocupação de terras indígenas no Paraná*. Curitiba, Pr: Edição da autora, 2018.

PIRES, Maria Lígia. *Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo das relações intertribais*. Brasília, 1975. Dissertação (Mestrado) Unb.